



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

DISCURSO PRONUNCIADO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, GENERAL DE EXÉRCITO EURICO GASPAR DUTRA, POR OCASIAO DO ENCERRAMENTO DAS MANOBRAS DAS TROPAS DA 1.ª REGIAO MILITAR, A 9 DE NOVEMBRO DE 1950, EM SEPETIBA.

Meus camaradas ;

Senhores :

Vim a êste acampamento militar para assistir-vos nestas manobras anuais, tendo testemunhado, com redobrada satisfação, o alto grau da vossa preparação técnica e eficiência profissional, o que representa virtualmente a própria segurança da Nação. Incumbe-me, por isso, louvar a todos os chefes, oficiais e praças, exercitando a faculdade que me outorga a Constituição quando atribui ao Presidente da República o supremo comando das nossas Fôrças Armadas. Quem viveu as dificuldades da preparação militar, na transformação de recrutas em tropa adestrada e capaz de dar de si a mostra que deu esta grande unidade, sòmente êle pode avaliar, na justa medida, o trabalho árduo que vos coube realizar no período de instrução agora findo.

Por isso, não posso esconder a satisfação de estar entre vós. Do seio da nossa classe, repito, nunca saí no passado, nem mesmo temporariamente, como dela ainda não me sinto ausente por fôrça do eventual e elevado encargo que estou prestes a ultimar. E, é certo, dentro em pouco tempo, tornando realidade o compromisso espontâneamente assumido, voltarei, após 48 anos de serviços, à vida privada para repousar de atividade jamais interrompida.

É, pois, chegado o momento de vos dizer adeus, meus camaradas, prestando-vos contas, sincera e francamente, e, ao mesmo tempo, a tóda a Nação, do transcurso do meu Governo.

* * *

Meus camaradas :

Aos campos de batalha da Europa leváramos a nossa contribuição de sangue, a benefício da civilização ameaçada. Com a volta dos nossos soldados vitoriosos, não se compreenderia fôsse retardada, entre nós, a restauração da democracia. A Nação a reclamava. As Forças Armadas, sensíveis a êsses reclamos, cooperaram primordialmente nessa aspiração verdadeiramente nacional, ensinando — com desinterêsse, nobreza e abnegação — a retomada do sistema representativo de governo e o retôrno às nossas instituições tradicionais, para bem da união dos brasileiros. Ao proclamá-lo, quero também tornar pública a gratidão, que não é só minha, mas seguramente de todo o País, pelos cinco anos de ordem, de tranqüilidade e de segurança para o funcionamento das instituições e segurança para os direitos individuais —, tornados possíveis pela vossa fidelidade e devoção às obrigações legais.

Durante êsse lustro, em nenhuma parte do nosso território, foram suspensas, por um dia sequer, as garantias constitucionais. Nenhuma unidade da Federação deixou de ser administrada pelos governantes, bons ou maus, de sua livre escolha, pois que o meu Governo jamais fez uso do instituto da intervenção.

Rejubilo-me, pois, com êsse concurso do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, para que o povo brasileiro viesse a desfrutar, como realmente tem desfrutado, as

seguranças do regime da legalidade e as excelências de livres instituições representativas.

*
* *

Meus camaradas :

Quando me foram confiadas as pesadas atribuições de presidir aos destinos da nossa Pátria, não desconhecia as ingentes dificuldades que haveriam de saltar o meu Governo em hora delicada para nós e para o mundo. Por essa, e outras razões personalíssimas, jamais cobicei pôsto tão honroso e, por isto mesmo, de tamanha onerosidade. Disse-o nas minhas primeiras declarações de candidato : "Confesso nunca ter sido movido por qualquer ambição política e, menos ainda cogitei pudesse estar no meu caminho o possível encontro com o exercício e as responsabilidades do cargo de primeiro magistrado da Nação. Sempre supús que as atividades profissionais e os meus préstimos restassem circunscritos aos labores da profissão, ligado sempre e indissolúvelmente aos camaradas do Exército na preocupação das questões de nossa defesa, objetivo natural para que se preparem e aperfeiçoam os militares de carreira".

Após o memorável acontecimento de 29 de outubro, cogitei da retirada da minha candidatura, na expectativa de solução apaziguadora. Os acontecimentos, porém, foram superiores à nossa vontade e, por ocasião da posse, tive de acentuar como interpretava a missão de que fôra investido, para, como militar de carreira, subindo ao poder como simples cidadão, fazer um Governo civil.

Organizei um Ministério que dispunha da cooperação das organizações políticas participantes da minha eleição, ressaltando, desde logo, o ostensivo desejo e o confessado

intuito — mais tarde iniciado — de contar com a colaboração de tôdas as correntes democráticas.

Era meu intento tornar realidade o regime constitucional, afastando resistências, estorvos e obstáculos, na plenitude da retomada da nossa tradição de legalidade. Pude, assim, logo na minha primeira Mensagem anual, dizer ao Congresso Nacional que o momento excepcional me impusera uma atitude de afastamento das contendidas partidárias, buscando a união de todos os meus concidadãos.

Problemas fundamentais reclamavam solução imediata. Estavam os espíritos dominados por angustiosa insatisfação, e dentro em opressivo clima de insegurança e desorientação. Perigos internos e externos rondavam o nosso País, visando enfraquecer as resistências da Nação. Formara-se ambiente de profundos recalques políticos. Necessário se tornava colocar-se o Governo acima das paixões, para bem servir aos interesses nacionais. Era essa uma imposição do difícil momento e também da minha determinação de empregar tôda a força, prestígio e autoridade do Poder Executivo, para o mais rápido e completo restabelecimento da ordem jurídica no País, com a recomposição das instituições e sua volta à normalidade constitucional.

Vencidas as etapas políticas da feitura da Constituição, da organização dos Estados e Municípios e da livre escolha dos governos locais, impunha-se então consagrar todos os meus instantes aos reclamos da administração pública. Não posso silenciar os esforços realizados, intercorrentemente, desde o primeiro dia de governo, em benefício da segurança da ordem legal, a qual viveu horas difíceis, sob a ameaça de arremetidas criminosas, agravadas com a cumplicidade de brasileiros em entendimento com inimigos da nossa Pátria, no estrangeiro.

Visava o meu Governo o duplo intento de, politicamente, reatar e aprimorar uma tradição secular de governo representativo; e, economicamente, concorrer para que atingisse o País a nível de maior produtividade. Daí, os dois escopos visados : o entendimento interpartidário, destinado a abranger, na fase final, a todos os partidos democráticos; e a planificação da ação governamental, criando, pela primeira vez em a nossa história econômico-administrativa, um programa nacional de trabalho. O primeiro destinava-se a assegurar a ordem e o apaziguamento dos espíritos; o segundo possibilitava o progresso, tudo a preservar a existência nacional e a promover a solução dos nossos problemas mais urgentes. Pude então elaborar um plano de administração que submeti aos partidos políticos e, depois, ao Congresso, colimando tornar realidade, dentro dos mais estritos termos democráticos, a primeira experiência brasileira de planificação.

Com êsses dois marcos, temos a consciência de haver concorrido, entre nós, para a renovação dos processos de Governo.

★

★ ★

O balanço dos quatro anos de vigência constitucional resulta favorável para o sistema de governo representativo, revelando sensíveis ganhos, tanto no terreno da administração quanto na esfera política. Falta de continuidade administrativa, gastos com obras suntuárias, dispersão de recursos forçosamente limitados, preferências pelos núcleos de população urbana mais densos, — tudo se procurou evitar, sempre com o ânimo determinado de realizar o Governo que o Brasil reclamava.

Uma das grandes conquistas foi a real política de convivência federativa, expressa na mais frutuosa cooperação intergovernamental, em que foram chamados a

participar as populações de zonas geo-econômicas subdesenvolvidas, como o Vale do São Francisco e a Amazônia, e todos os Governos estaduais e municipais, sem distinção de coloração política.

Ninguém negará também que o rumo acentuadamente municipalista abriu uma fase nova, no sentido de levar ao interior do País a ação governamental.

Não descurou, por outro lado, o Govêrno os diferentes setores de atividade administrativa, não só continuando obras e serviços vindos de administrações anteriores, como ainda lançando iniciativas novas, inspiradas no bem público.

Porque já o fiz ao Congresso Nacional, em quatro Mensagens ânuas, — não detalharei aqui os ganhos que o trabalho do Govêrno conseguiu realizar.

Dentro dêsse espírito, foi possível promover grandes campanhas nacionais, no terreno da saúde e da educação do povo. Conseguiu-se atenuar o espantoso *deficit* escolar existente no País, inclusive no setor de educação de adultos. Foi desfechado igualmente movimento proveitoso de recuperação do homem brasileiro, na luta contra a malária e na assistência aos tuberculosos e doentes mentais. As estatísticas informam quanto se progrediu no tocante à extensão da rede hospitalar em todo o País. A assistência à maternidade e à infância, no último quinquênio, recebeu contribuição, a mais substancial de que se tem notícia entre nós.

É aqui adequado mencionar a ação do Govêrno no sentido de aprimorar a legislação social, em várias mensagens submetidas ao exame do Congresso Nacional. Basta focalizar que se obteve a melhoria de condições de aposentadoria, o repouso semanal remunerado e a construção de cêrca de 50 mil moradias, tudo para os trabalhadores e suas famílias.

Renovamos a nossa frota mercante, marítima e fluvial. A obra portuária realizada — não me escusarei de referir — excede às melhores expectativas, quer no Rio Grande do Sul e em Santos, quer no Norte e na Capital da República, onde entregamos ao tráfego 1.300 metros de cais, bem como numeroso e moderno equipamento, armazéns e depósitos, além do “pier” da Praça Mauá, este em construção adiantada.

Não foi menor o esforço no sentido do reaparelhamento das nossas estradas de ferro e no de construções novas que consumaram praticamente a unidade do sistema ferroviário brasileiro. Foram ainda providenciadas as encampações das ferrovias estrangeiras, como sejam a São Paulo Railway, a Leopoldina, a Great Western e a Ilhéus-Conquista, satisfazendo antiga aspiração nacional. É também auspicioso o que já foi conseguido em matéria de eletrificação, tanto na Central do Brasil — onde estão em pleno desenvolvimento os serviços com a transposição, já efetuada, da Serra do Mar e o aparelhamento dos subúrbios do Rio e de São Paulo — como na Santos-Jundiaí, Leste Brasileiro e Viação Paraná-Santa Catarina.

Criado pelo Governo Linhares o Fundo Rodoviário Nacional, implantou-o o atual Governo, que já apresenta, na folha de serviços, a auto-estrada para São Paulo, a Curitiba-Lajes, a Rio-Bahia e outras, somando-se milhares de quilômetros de ótimas rodovias.

O restabelecimento de nossa produção agrícola foi outra constante preocupação do meu Governo, objetivada em apreciável aumento, verificado pelas estatísticas, as quais também revelam o crescimento da produção de origem animal e mineral. O café, o trigo, a juta e o agave são pontos altos a documentar quão bem sucedido está o País no caminho da sua recuperação econômica.

Quero deixar aqui consignados os esforços despendidos no afã de conseguir o nosso indispensável auto-abastecimento em referência ao trigo, o que será uma realidade, em breve espaço de tempo, se não forem descontinuada as iniciativas em curso.

A política cafeeira do Governo forneceu pretexto para interessada obra de demolição, felizmente desautorizada por fatos reveladores de ter sido coroada de êxito a solução adotada para problema que nos oprimia há mais de duas décadas. O café está restituído à normalidade do seu comércio e solvidas as dificuldades que atribulavam a sua vida, com os conhecidos reflexos na comunidade brasileira.

Desde a advertência que lancei em Itaperuna, venho insistindo em que, além da valorização do homem, é nosso dever proteger e recuperar o solo. Essa advertência e as providências indicadas fazem parte da campanha para interiorizar a nossa civilização, dando-lhe retaguarda adequada. O que se tem a realizar, em prol da organização de nossa vida no interior, necessitava e necessita de lei agrária adequada, cujo esboço, para estudo, foi entregue ao Congresso Nacional.

Fêz-se o que dependia do Poder Executivo, sendo de acentuar o obtido em referência à mecanização da lavoura. Significa o ensino rural interesse fundamental para preparar, sem açodamentos, a solução da nossa questão agrária. Nesse capítulo, não resulta pequeno o acervo das realizações que se concretizaram também em Postos Agropecuários, espalhados em tôdas as direções do território nacional.

Não representam os resultados da política econômico-financeira do Governo tudo o que estava nas suas intenções, como ocorreu e ocorre em todos os países do mundo, a braços com dificuldades semelhantes. Mas nem

os fatos estão na dependência exclusiva da vontade do Poder Executivo, nem foi possível contornar as consequências de deliberações da soberania nacional no tocante a despesas reputadas inadiáveis. Também é certo que não basta, para corrigir os desequilíbrios, uma política decidida e austera na execução do orçamento. Já em 1946, ao iniciar a administração, nos vimos na contingência de arcar com o peso de encargos recém-criados. Tivemos a felicidade de conseguir êsse almejado equilíbrio, em 1947, com um *superavit* de 460 milhões de cruzeiros. Em 1948, igualmente foi conseguido *superavit*, no montante de 3 milhões de cruzeiros, não obstante haver ocorrido acréscimo de mais de 830 milhões de cruzeiros, resultante do aumento de vencimentos. Nesses dois anos, realizamos saldos, mediante uma política de sacrifícios e restrições. A lei de meios de 1949, porém, já veio ao Poder Executivo com um *deficit* de mais de 1 bilhão e 100 milhões de cruzeiros. Por sua vez, o orçamento de 1950 foi votado, já com um excesso de despesa sobre a receita, da ordem de mais de 3 bilhões e 500 milhões de cruzeiros.

Sofremos, como todos os povos, de 1947 para cá, desequilíbrios no balanço de pagamentos com os Estados Unidos da América do Norte. Sendo limitadas nossas reservas de câmbio em divisas, e não ocorrendo, naquela época, tendência de segura elevação de preços de nossos produtos de exportação, registrou-se o desequilíbrio referido. Diante dêsse fato, foi o Governo solicitado a decretar a modificação da paridade do cruzeiro, como ainda a utilizar as nossas reservas de ouro. Recusou-se a seguir qualquer dêsses dois caminhos, não lançando mão, igualmente, do recurso de operações de crédito com o fim de aumentar nossas disponibilidades de câmbio. Adotou um programa de austeridade para fazer face à situação, organizando um orçamento de

câmbio, em que figuravam as receitas e despesas em dólares, e disciplinou as importações, conjugando, com o da de câmbio, o funcionamento da carteira de exportação e importação do Banco do Brasil.

Foi dessa maneira restabelecido o equilíbrio rompido e pagos os atrasados comerciais, alcançando-se presentemente saldos em dólares nos banqueiros americanos. Ficou mantida a atual paridade do cruzeiro; não apelamos para empréstimo; nem foram as nossas reservas de ouro utilizadas para a finalidade pleiteada. Proclamara eu que havia deliberado contarmos somente com o nosso próprio esforço mediante melhor coordenação e disciplina do licenciamento e do controle cambial. Cumprí o que prometera, ao retornar da América do Norte, em discurso na sede da Associação Brasileira de Imprensa.

Bastante felizes conseguimos ser, durante todo o quinquênio, em referência à nossa dívida externa.

Em 31 de dezembro de 1945, montava ela a US\$. . 534.914.512, ou sejam Cr\$ 10.013.599.663. Em 30 de outubro de 1950, estava reduzida a US\$ 300.215.927, o que equivale a Cr\$ 5.620.042.153, de vez que foram pagos US\$ 234.698.585, correspondentes em nossa moeda a Cr\$ 4.393.557.510. Os resgates de títulos efetivamente efetuados pelo atual Governo corresponderam, assim, a uma redução de 43,8 % em a nossa dívida externa.

Não contraímos no estrangeiro compromissos novos e conseguimos grande redução no montante das nossas responsabilidades. É honroso para o Governo atual o cotejo da dívida externa da União, segundo os períodos presidenciais. Salvo o primeiro quadriênio republicano, é a primeira vez, em condições normais e sem apêlo a "funding", que se finda um período presidencial sem resultar aumento dos nossos débitos no exterior. Mais do

que isso, em nenhum dêles, foi conseguido amortizar tanto quanto no atual.

Um dos assuntos que mais desveladamente atraíram as atenções do Governo foi a obra de planejamento regional, incluído o Vale do São Francisco e sua navegação, sendo de destacar o aproveitamento da Cachoeira de Paulo Afonso. Esta obra reveste excepcional significação, interessando ao problema da unidade nacional e destinando-se a minorar o desequilíbrio econômico entre zonas do norte e do centro-sul do País, mediante o ataque, pela base, das causas da reduzida produtividade da região e da inquietação social ali reinante. Se nada interromper o curso da grande obra — criada e conservada isenta de qualquer infiltração de política regional ou eleitoral, — é de esperar a sua conclusão para 1953. O País acompanha com emoção a construção dessa grande usina hidrelétrica, iniciada em 1948. De seu andamento avançado tem extensa notícia o Congresso Nacional que se associou ao Poder Executivo, para lhe facilitar a realização.

Outro problema que apaixonou a opinião pública foi o de aproveitamento das nossas jazidas petrolíferas. Está em funcionamento a refinaria de Mataripe e tomadas se encontram as providências para a duplicação de sua capacidade. Também para a grande destilaria de 45.000 barris diários, já foram, pelo Conselho Nacional de Petróleo, firmados contratos, tanto para a elaboração do projeto como para a construção da destilaria, a qual já está praticamente iniciada. Adquiriu-se uma frota de petroleiros e estão em andamento as obras do oleoduto Santos a São Paulo. Tornou-se, pois, uma realidade o desenvolvimento da política petrolífera que o Governo anunciou e teve a satisfação de verificar aplaudida pelo sentimento geral do País, debaixo da mais rigorosa res-salva dos interesses nacionais.

A execução do nosso programa a respeito do xisto betuminoso está para ser, em breves dias, anunciada em seus detalhes, depois da contribuição recebida do Conselho Nacional de Segurança.

Falando a militares, dispenso-me de enumerar tudo o que se tem realizado nos três setores das Forças Armadas: Exército, Marinha e Aeronáutica. Encontram-se em estudo, no Congresso Nacional, as reestruturações do Exército e da Marinha e dos seus quadros, além de outros projetos de origem governamental, todos tendentes a aumentar-lhes a eficiência técnica. Na Aeronáutica já foi realizada a reestruturação dos seus quadros e prosseguem ativamente a criação e a remodelação de novos órgãos técnicos.

*
* *

Tenho a consciência de ter dado, deliberadamente, aos meus concidadãos exemplo de serenidade, diante da maré montante de injustiças e contumélias, por parte dos que hajam combatido o meu Governo sem maior conhecimento de causa, chegando até a arguição, de todo im procedente, de ter vivido em estagnação, e, ainda segundo tais críticas, equivaler a uma ditadura disfarçada. O País e o seu Governo responderam trabalhando intensamente nestes últimos anos e pondo em relêvo o vigor do organismo e das instituições nacionais. São altamente satisfatórios os índices reveladores do nosso progresso. Entre eles, podem ser destacados os da produção das indústrias básicas e os do consumo de força elétrica, fatos que tornam incontestes o crescimento da nossa riqueza.

Assim como não está fora da lei, o Governo colocou-se muito distante do alcance da acusação de estagnado na solução dos problemas que desafiavam a atual ge-

ração de brasileiros. Cada ano, ao iniciar o Congresso Nacional a sua sessão legislativa, enviou-lhe o meu Governo os mais completos relatos das atividades do Poder Executivo, dos quais se tem verificado o esforço devotadamente despendido. E o fez, isento de qualquer intuito de preconceito, cumprindo, com singeleza, o seu dever, sem apelar para quaisquer recursos demagógicos.

Na hora da despedida aos meus camaradas, acentuei essas injustiças e incompreensões, para indagar à Nação se se ouviu acaso dizer, em qualquer momento, que o meu Governo houvesse sequer demorado a execução de uma deliberação do Congresso Nacional.

Assinalo ainda com enderêço aos descontentes de hoje — que serão os descontentes de amanhã — que, em nenhum dia do meu Governo, deixou igualmente de ser cumprida pelo Poder Executivo qualquer decisão do Poder Judiciário!

Tenho a felicidade, de que outros se não beneficiaram, de atingir a última etapa do mandato presidencial, sem necessitar de invocar o estado de sítio. Recusei-me também a fazer uso do instituto da intervenção federal em Estados da Federação, apesar de insistentemente solicitado. A razão dessas recusas é que não julguei, em qualquer dos casos, os pedidos ajustados aos termos da Constituição. Há clima de liberdade para todos. Não há na República prêsoes políticos.

A imprensa exerce seu direito de crítica, que alguns levam a excessos injustificáveis, e o Governo tem tolerado tôdas as demasias, sem solicitar as sanções judiciais, porque acredita no poder da verdade e no julgamento de amanhã.

E é lícito concluir que, no regime de freios e contrapesos estabelecido na Constituição, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário estão praticando a democracia.

sob o império da Lei que pode ser invocada e restabelecida, em caso de postergação.

Dentro dêsse espírito, e em referência às eleições de 3 de outubro, não sofreu a mais leve dúvida o fato de que o Governo prestigiou, deliberada e incondicionalmente, a Justiça Eleitoral na preparação e realização do pleito. A ordem material foi devidamente assegurada para permitir a livre manifestação da vontade do eleitorado. As apontadas irregularidades escaparam e escapam a qualquer providência ou corretivo por parte do Poder Executivo. O Governo aguarda os pronunciamentos do Poder Judiciário, para, nos limites da sua competência, dar-lhes perfeita, fiel e cabal execução, o que fará.

*
* *

O meu Governo não prometeu milagres. Não está, por isso, no dever de justificar por que os não praticou. Apresenta-se diante da Nação para dizer-lhe que tem mantido, defendido e cumprido a Constituição, e vem, na medida das suas forças, promovendo o bem geral.

São os meus votos para que se guarde a mesma linha no futuro, prestigiada a representação popular com assento no Congresso Nacional, e respeitadas as manifestações do Poder Judiciário às quais não devem faltar o acatamento e o aprêço de todos os nossos compatriotas.

Com tanta decisão e desprendimento restauradas e consolidadas, para dignificação da nossa vida pública, — que as instituições democráticas continuem a enraizar-se, cada vez mais, na terra brasileira!